

## Nicodemo Valim de Sena

### A definição de identidades etnoreligiosas no alto império: josefo e a estigmatização dos judeus alexandrinos

Aluno de graduação  
em História pela UFES  
nicodemovs@hotmail.com

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar o conflito etnoreligioso entre gregos e judeus ocorrido na cidade de Alexandria durante o Alto Império. Para tanto, investigamos a formação da comunidade judaica nessa cidade e as relações mantidas por ela com os gentios. Josefo, em sua obra *Contra Apio*, apresenta uma série de argumentos que refutam as principais acusações dos autores gregos em relação aos judeus, defendendo, desse modo, a identidade judaica. A obra de Josefo é contemporânea ao conflito e, por isso, contém informações preciosas sobre as convulsões sociais em Alexandria. A partir dessa fonte buscamos compreender como a luta de representações entre gregos e judeus contribuiu para a dinâmica de formação de identidades nessa cidade.

**Palavras-Chave:** Alexandria; judeus; estigmatização.

Enviado em 29 de março de  
2011 e aprovado em 20 de  
setembro de 2011.

**Abstract:** This article aims to analyze the ethnic religious conflict between Greeks and Jews occurred in Alexandria during the High Empire. For that we investigated the formation of the Jewish community in Alexandria and the relations maintained with the Gentiles. Josephus in his work *Against Appian* has a number of arguments that refute the main objections of the Greek authors in relation to Jews, defending Jewish identity. The document is contemporary to the conflict and therefore contains valuable information about the social upheaval of the city. Therefore, we try to understand from this source how the struggle of representation between Greeks and Jews contributed to the formation dynamics of identity in Alexandria.

**Keywords:** Alexandria; jews; stigmatization.

Os deslocamentos do povo judeu começam a ganhar importância a partir do século VI a.C., quando Nabucodonosor conquista Judá, destrói a cidade de Jerusalém, o templo e impõe o cativeiro babilônico, levando parte da população para a Babilônia na condição de escravos, marcando o que seria o início da Diáspora.<sup>1</sup> Em 538 a.C., o Império Persa conquista o Império Neo-Babilônico. Ciro I autoriza, então, a volta dos judeus para Jerusalém e a reconstrução da cidade, mas apenas uma parcela dos judeus retorna para o seu local de origem, pois os que estavam bem estabelecidos acabaram ficando na região da Babilônia.

Os subsequentes deslocamentos ocorridos em função das novas conquistas da Palestina, somados às migrações voluntárias em busca de melhores oportunidades de vida, acabaram por resultar, no século I d.C., em um contingente de cerca de cinco ou seis milhões de judeus vivendo na Diáspora, ou seja, fora da Palestina (MEEKS, 1992, p.59). Fora da Palestina, um dos lugares onde a presença judaica é atestada há bastante tempo é o Egito, principalmente na cidade de Alexandria, local em que a comunidade judaica alcançou grande desenvolvimento e que foi palco de violentos conflitos entre gregos e judeus.

Alguns dos embates entre gentios e judeus tiveram grandes repercussões e ficaram preservados na literatura produzida no período, e a obra *Contra Ápio*, escrita pelo escritor e historiador judeu Flávio Josefo por volta de 95 d.C., é um exemplo dessa literatura. Dentre as várias obras produzidas por Josefo (*Guerra da Judéia*, *Antiguidades Judaicas*, *Vida de Josefo*), *Contra Ápio* nos chama a atenção por seu caráter de enfrentamento, de contestação e de valorização da cultura judaica. Josefo, nessa obra, reúne e contesta os principais ataques que eram feitos por autores gregos e helenizados contra os judeus e os hábitos culturais desses. Josefo escreve essa obra em um período no qual os judeus enfrentavam uma forte crise identitária. O Templo e a cidade de Jerusalém, dois grandes marcos da identidade judaica, haviam sido destruídos na guerra contra Roma (70 d.C.) e as obras de cunho depreciativo que circulavam contra os judeus contribuíam para piorar ainda mais a situação judaica.

*Contra Ápio* se divide em duas partes. Na primeira, Josefo responde aos ataques literários que alguns historiadores gregos faziam aos judeus; já a segunda parte do livro é dedicada quase que exclusivamente a contestar os ataques de Ápio, escritor egípcio helenizado, habitante da cidade de Alexandria e que tinha grande participação nos conflitos ocorridos entre gentios e judeus nessa cidade, chegando a liderar uma embaixada enviada a Roma representando a causa grega diante do imperador Calígula.

No contexto de Alexandria é possível situar a presença dos judeus desde a sua fundação, por volta de 331 a.C. Josefo faz um relato que Alexandre teria passado por Jerusalém e ao chegar lá, teria sacrificado a Deus com o auxílio do sumo – sacerdote. Depois disso, Alexandre permitiu aos judeus viver segundo a lei judaica e muitos se alistaram nas fileiras macedônicas (JOSEFO, 1992, p. 274). Os fatos mencionados por Josefo têm um visível fundo propagandístico, para validar sua sugestão que o próprio Alexandre teria instalado os judeus na cidade de Alexandria, e que lhes havia concedido os mesmos privilégios que os macedônios (JOSEFO, 1992, p.728). Entretanto, é mais provável que muitos dos primeiros judeus que chegaram a Alexandria viviam na condição de escravos, pois o próprio Josefo relata a libertação de 120.000 judeus por Ptolomeu Filadelfo (283-1 Diáspora aqui entendida no sentido de judeus dispersos, de judeus fora de sua região de origem.

246 a.C), que estavam na condição de cativos no seu reino (JOSEFO, 1992, p.276).

Levêque (1967, p. 422-423) avalia em oito milhões a população judaica na Diáspora no período helenístico e a divide em quatro grandes zonas: Babilônia, Síria, Anatólia e Egito, tendo cada uma mais de um milhão de judeus. Em Alexandria a cifra de judeus giraria em torno de 100 mil habitantes, número consideravelmente menor que a quantidade de judeus cativos mencionados por Josefo. Já Meeks (1992, p. 59), ao tratar da Diáspora no século I d. C., considera que o número de judeus que viviam fora da Palestina variava de cinco a seis milhões e que havia considerável população judaica em toda cidade que possuía um tamanho razoável nas terras que margeavam o Mediterrâneo. Segundo ele as estimativas giravam em torno de dez a quinze por cento da população de uma cidade, sendo que em Alexandria esse índice era maior. Por sua vez, Flannery (1968, p.28-29) posiciona o Egito como o “coração da Diáspora”, e diz que em Alexandria no início da era cristã, os judeus contavam com uma população de 100 mil habitantes.

Apesar das variações na historiografia quanto ao número e ao período de permanência de judeus no Egito, em especial na cidade de Alexandria, podemos perceber um consenso sobre a importância e o grande crescimento da comunidade judaica em solo egípcio. O fato é que os judeus estiveram presentes desde o contexto de fundação de Alexandria e, apesar dos números fantasiosos de Josefo, a comunidade judaica alexandrina realmente se expandiu muito nos séculos seguintes, tornando-se a maior da Diáspora.

Diversos foram os fatores que atraíram os judeus para o Egito e para sua capital. Vários autores concordam que entre os principais fatores que influenciaram a imigração dos judeus estão: disputas pela região da Palestina após a morte de Alexandre, que gerava um clima de instabilidade e insegurança; anexação da Coele-Síria pelos Ptolomeus, o que facilitou em muito a movimentação de judeus e egípcios entre as regiões; Revolta dos Macabeus, que fez com que muitos judeus buscassem melhores expectativas de vida em solo egípcio, uma vez que os Ptolomeus tinham políticas culturais menos severas que os Selêucidas. Somando esses fatores às imigrações voluntárias em busca de melhores oportunidades econômicas que o espaço e a riqueza limitados da Palestina ofereciam, pode-se compreender as razões do grande crescimento da comunidade judaica alexandrina no período ptolomaico (MEEKS, 1992, p. 59; CLÍMACO, 2007, p. 19; LEVÊQUE, 1967, p. 423; FLANNERY, 1968, p. 28; MOMIGLIANO, 1998, p. 363).<sup>2</sup>

Os judeus alexandrinos foram bons súditos dos reis Ptolomeus, sobretudo pelo fato de que os Ptolomeus não adotavam a política de intolerância à fé judaica como os Selêucidas. Esse bom relacionamento permitiu que os judeus conservassem muito de sua tradição e conquistassem uma notável autonomia em solo alexandrino (CLÍMACO, 2007, p. 19). Josefo relata e destaca em quase todo o segundo capítulo do livro II, que os reis Ptolomeus sempre foram muito afeiçoados aos judeus, demonstrando como esses governantes confiavam na lealdade dos judeus, conferindo-lhes a guarda de rios e praças fortificadas (JOSEFO, 1992, p.728-729).

A formação dos bairros judaicos - os judeus chegaram a ocupar dois bairros na

---

2 Revolta dos Macabeus foi a reação de um grupo de judeus da Judéia, liderados por Judas Macabeu, à política de helenização forçada instituída por Antíoco IV, rei dos selêucidas. Embora a rebelião seja conhecida como a revolta macabaica pelo nome do seu líder, Judas “o martelo”, os Macabeus, ou família asmonéia, não foram os seus instigadores ou os seus únicos líderes (HORSLEY, R.A.; HANSON, J.S., 1995, p. 35).

cidade de Alexandria. – é apresentada a partir de dois posicionamentos distintos entre autores que trabalham o assunto. Alguns veem nos judeus um caráter fortemente separatista e preconceituoso. Considerando seus países de exílio um solo profano e seus habitantes filhos do erro e da superstição, os judeus preferiam evitar contatos e se agrupar num quarteirão da cidade inteiramente deles (FLANNERY, 1968, p. 28). Atualmente essa forma de leitura foi revista pela historiografia. Acredita-se que os judeus, assim como outros grupos imigrantes na cidade, se reuniam para executar suas práticas religiosas, para manter uma convivência social com parentes e outros que tinham uma herança cultural comum, para resolver problemas internos e também para exercer pressão coletiva no intuito de conseguir direitos e privilégios da sociedade na qual estavam inseridos (MEEKS, 1992, p.59). Do hábito de morarem próximo uns dos outros surgiram os bairros judeus. Essa proximidade favorecia a conservação de hábitos e crenças ancestrais (MOMIGLIANO, 1998, p.365). Sob essa perspectiva, percebemos que a pressão do mundo externo, hostil e majoritário, impunha aos judeus a necessidade de criar estratégias, mecanismos de defesa, de ajuda mútua e de identidade, entre elas viver em coletividade, próximos aos seus (FELDMAN, 2008, p. 21).

Os judeus da Diáspora se adaptavam bem às condições locais, adotando regularmente tanto a língua quanto o traje do local em que habitavam. Muitos chegavam a helenizar ou latinizar os nomes (POLIAKOV, 1979, p.6). No Egito os judeus adotaram o grego como língua. Mesmo os judeus da elite intelectual já não compreendiam o hebraico; tradutores eram utilizados nas sinagogas dos judeus de língua grega e, no século III a.C., traduções de parte da Torá já podiam ser encontradas no Egito. São conhecidas ao menos quatro traduções: uma por Áquila, outra por Símaco, outra por Theodotion e a mais famosa das traduções, a Septuaginta ou tradução dos setenta (MOMIGLIANO, 1998, p.363-364).<sup>3</sup>

A comunidade judaica local se organizou em *politeuma*, uma corporação cívica, semiautônoma, separada, tendo seu próprio conselho, exercendo poder administrativo e judicial sobre seus membros (WOLFSON, 1944, p. 165). Muitos dos judeus do *politeuma* se consideravam cidadãos, mas na verdade eles não possuíam a cidadania da *pólis*, na medida em que ela requeria pré-requisitos. Caso fosse conferida a um estrangeiro, tais requisitos passavam por critérios bem definidos, como habitação, propriedades, religião, capacidade de realizar benfeitorias locais, entre outros critérios. A grande maioria dos judeus não preenchia esses critérios. Eles viviam em Alexandria como estrangeiros com o direito de residência e, embora não fossem cidadãos, participavam, como esses, em alguns direitos específicos (SELVATICI, 2006, p.177).

Os judeus que se estabeleceram em Alexandria atuaram em várias atividades como agricultura, artesanato, comércio, administração pública e exército, mas também foram escravos e mais raramente prestamistas (PINSKY, 1971, p. 97-109). Apesar de ser possível que tivessem alguns monopólios e se sobressaíssem em algumas atividades, como a de coletores de impostos, de uma forma em geral foram poucos os judeus que tiveram grande destaque na sociedade Alexandrina. Assim como na Palestina, a maioria

---

3 Septuaginta ou tradução dos setenta é o nome da versão da Bíblia hebraica para o grego *koiné*, é a mais antiga tradução da Bíblia hebraica para o grego e segundo a lenda teria sido trabalhada por setenta e dois rabinos, Josefo faz um relato pormenorizado da história da tradução das leis hebraicas durante o reinado de Ptolomeu Filadelfo que teria vivido entre 283 a 246 a.C. (*Antiguidades judaicas*, XII, cap. II, p.276-280).

dos judeus sobreviviam às custas de trabalhos braçais, em um modo de vida simples e sem grandes luxos (POLIAKOV, 1979, p.5). Com a dominação romana, começaram a se intensificar os conflitos entre as comunidades grega e judaica.

Quando os romanos, sob os domínios de César e Augusto, impuseram dominação sobre o Mediterrâneo oriental, acabaram por se envolver com a questão do particularismo judaico. Nesta época os judeus ainda mantinham seu centro territorial e espiritual na Palestina, mas já estavam espalhados por grande parte do Império Romano e até mesmo fora de seus limites. Os judeus apresentavam uma peculiaridade, eram o único povo a professar a crença monoteísta, o que os distinguiu de modo singular dos demais súditos do Império (POLIAKOV, 1979, p. 59).

Em Alexandria a comunidade judaica era influente tanto na economia, como também na vida política da cidade, principalmente no período helenístico. Em um primeiro momento, grande parte dos judeus apoiou a dominação romana, pois acreditava que seus antigos privilégios seriam mantidos, o que ocorreu quase integralmente (CLÍMACO, 2007, p. 47). Os romanos adotavam o sistema de adoração dos deuses cívicos. Acreditavam que o bem estar das populações dependia da boa vontade de suas divindades protetoras. Por isso respeitavam todos os cultos locais e esperavam que cada um cumprisse com seus deveres de culto (SHERWIN-WHITE, 1968, p. 101). No alvorecer do período imperial, os judeus, de um modo geral, não se opunham abertamente ao governo romano, o que fez com que os imperadores adotassem a tolerância, reforçada por medidas de proteção aos judeus contra a hostilidade gentílica (SELVATICI, 2006, p. 178).

Uma das características mais marcantes da tolerância romana está no que diz respeito às crenças religiosas. Segundo Gilvan Ventura:

Em Roma, uma das principais expressões de tolerância dizia respeito ao universo das crenças religiosas, o que fazia do Império Romano uma autêntica babel de cultos que se interpenetravam dentro de um processo irresistível de aculturação que não excluía nem mesmo os cristãos e os judeus, a despeito do exclusivismo de suas divindades. [...] Em Roma, sempre que os poderes públicos intervieram na esfera religiosa, a preocupação primordial era com a defesa do corpo político. (SILVA, 2008, p. 8).

Primeiramente César e depois Augusto estabeleceram o judaísmo como *religio*, isto é, como um culto ancestral legítimo. Normalmente os romanos classificavam os grupos judeus em cada cidade como colegiados e quando César ordenou que todos os colegiados fossem dissolvidos, exceto os que já haviam se estabelecido há longo tempo, as sinagogas estavam entre os isentos.<sup>4</sup> Um dos motivos para essa isenção era a organização da comunidade judaica lembrar, e muito, as associações, os grêmios e as comunidades cúlticas dos gentios, pois os membros se reuniam em lugar particular, as finalidades eram cúlticas e sociais, dependiam de patronos, inclusive de não judeus ricos, que eram retribuídos com inscrições, títulos honoríficos e assentos especiais na sala de assembleia (MEEKS, 1992, p. 60-61). É consenso na historiografia que as medidas adotadas por

<sup>4</sup> Sinagogas: formas de associação comunitária e de culto, local em que os judeus fora de sua terra se reuniam para socialização e para prestar culto a Javé (SIMON; BENOIT, 1972, p.9-10).

esses imperadores favoreciam os judeus, pois davam liberdade para que esses construíssem novas sinagogas, recolhessem impostos para o Templo de Jerusalém, se reunissem no sábado para culto e demais festividades judaicas, solicitassem a dispensa no serviço militar e fossem isentos de oferecerem sacrifícios aos imperadores (FLANNERY, 1968, p. 37-38; SELVATICI, 2006, p. 178; FONTTETE, 1989, p. 19; SHERWIN-WHITE, 1968, p. 101; POLIAKOV, 1979, p. 6; MEEKS, 1992, p. 60; CLÍMACO, 2007, p. 50).

A obediência e a lealdade a Roma manifestada por Herodes, o Grande, soberano da Judéia, também concorriam para a proteção dos imperadores romanos aos judeus “residentes” na Diáspora. Contudo, a política romana implementada por Augusto de reforçar o elemento grego e aliar-se a tais elites para consolidar suas conquistas foi degradante para os judeus, fomentando conflitos na cidade de Alexandria (CLÍMACO, 2007, p. 47). Algumas mudanças começaram a ocorrer na organização social da cidade. Os romanos têm a primazia, seguidos pelos gregos e, por último, pelos demais povos. Embora os judeus tenham conseguido a isenção do culto imperial, perderam alguns direitos, como o de integrar o serviço militar e o de recolher impostos em nome do soberano, atividades que haviam exercido sob os Lágidas e que passaram a ser exercidas pelos romanos e gregos (PINSKY, 1971, p. 119).

Somado às inovações realizadas no sistema burocrático do Egito, outra grande mudança instituída pelos romanos foi a introdução de censos, que definiria o status dos indivíduos e repercutiria diretamente no sistema de cobrança de impostos (CLÍMACO, 2007, p. 16). Mediante recenseamentos feitos a cada cinco anos nas províncias, Augusto teve a preocupação de conhecer o cadastro provincial e o número de pessoas livres vivendo fora da Itália ou das colônias romanas e desenvolveu progressivamente a reforma iniciada por César, abolindo o sistema de dízimas e substituindo-o por um imposto por cabeça (*tributum capitis*). De certa forma a ação dos publicanos foi freada, sendo cada comunidade responsável pela cobrança junto aos governadores (MENDES, 2006, p. 31; JONES, 1968, p. 64). Tal inovação simplificou algumas definições étnicas, facilitando a identificação diante dos romanos, mas isso foi feito sem considerar todas as implicações e a variedade dos aspectos culturais de cada grupo (CLÍMACO, 2007, p. 43).

Um novo imposto é instituído, a laografia, e os únicos isentos desse imposto eram os grupos que tinham a cidadania alexandrina, ou seja, aqueles que comprovassem a ascendência grega, o antigo vínculo com a cidade e a inserção nos círculos culturais helenizados.<sup>5</sup> Uma posição intermediária foi criada para abarcar os gregos e habitantes helenizados de outras cidades gregas do Egito, os que se enquadravam nessa categoria pagavam o imposto com o valor reduzido (CLÍMACO, 2007, p. 43). Dessa forma, os não-gregos, egípcios e estrangeiros de territórios não helenizados eram considerados habitantes de menor status e sujeitos a maiores cobranças. Embora existissem judeus e egípcios com cidadania e, portanto, isentos desse imposto, a grande maioria não tinha alcançado a isenção (CLÍMACO, 2007, p. 44). Esse imposto atingia os judeus de duas formas: em primeiro lugar na questão econômica, pois representava um novo encargo e, em segundo lugar, no campo psicológico, pois a laografia igualava os judeus aos estratos sociais mais baixos e isso era muito ruim, sobretudo para aqueles de condição social elevada e que estavam na busca de ampliação de seus direitos políticos (SELVATICI, 2006,

5 Laografia ou taxa eleitoral, imposto introduzido por Augusto que atingia principalmente os estratos sociais mais baixos.

p. 180).

Com a dominação romana se intensificaram os conflitos entre gregos e judeus na cidade de Alexandria. Ao trabalharmos com as possíveis questões geradoras de conflitos relacionados aos judeus na sociedade alexandrina, percebemos três correntes de pensamentos na historiografia. A primeira diz respeito a autores como Flannery (1968) e Fonttete (1989), que trabalham com a ideia de herança de hostilidade egípcia em relação aos judeus e esse fato somado às peculiaridades culturais judaicas, tornavam Alexandria solo fértil para agitações sociais antijudaicas.

Outra corrente de pensamento defendida por autores como Léon Poliakov (1979) e J.P.V. Balsdon (1968) observam que a diferença religiosa seria o fator principal para a causa dos atritos. Segundo Poliakov, os judeus da Diáspora tiveram uma boa assimilação cultural, e

[...] nada, exceto o culto, os singularizava no mosaico de povos que constituíam a população do Império. [...] Mas precisamente este culto, por ser diferente de todos os outros, prescrevia imperiosamente um certo número de deveres, em oposição formal com as práticas universalmente válidas para todos os outros súditos de Roma. (POLIAKOV, 1979, p. 6)

Através desses autores percebemos que a atitude de egípcios e gregos para com os judeus foi complexa, sendo identificadas duas formas de hostilidade contra os hebreus: uma política e antiasiática dirigida contra os hicsos, termo que os egípcios usavam para designar de forma global os invasores orientais. Confundidos com esses, os hebreus foram alvos da xenofobia egípcia (FONTTETE, 1989, p. 16). Esse tipo de hostilidade fica evidente nos escritos de Josefo ao se referir ao relato de Maneton, sacerdote egípcio do século III a.C.: “Maneton, [...] diz que nossos antepassados, tendo ido para lá em grande número, se haviam tomado senhores de tudo, mas que algum tempo depois foram expulsos de lá e se estabeleceram na Judéia e lá construíram um templo.” (JOSEFO, 1992, p. 720).

Outra forma de hostilidade está relacionada à diferença religiosa. Josefo, ao citar Ápio, deixa explícito que a divergência de religiões seria uma possível geradora de animosidades entre alexandrinos e judeus. Josefo diz que “Ápio quer fazer crer que a diversidade de religião entre nós e os antigos habitantes de Alexandria tenha sido a causa de rebeliões, que lá se sucederam” (JOSEFO, 1992, p. 729).

Por último, temos autores como Mônica Selvatici (2006), Joana Clímaco (2007), Paul Johnson (1995) e Wayne Meeks (1992) que veem a origem dos conflitos no fato dos judeus não abrirem mão de suas particularidades culturais e religiosas e buscarem sempre maiores direitos políticos. O resultado seria a reação de hostilidade da população alexandrina, sobretudo os gregos, que não aceitavam dividir os mesmos direitos civis com um grupo que mantinha hábitos particulares e que havia recebido isenções especiais (SELVATICI, 2006, p. 180). Segundo Meeks:

Os judeus, sempre que podiam, procuravam adquirir direitos idênticos aos cidadãos, mas ao mesmo tempo insistiam em ter garantias

que lhes preservasse a possibilidade de não terem que violar suas leis religiosas, principalmente a observância do sábado, as regras sobre os alimentos proibidos e permitidos e o dever de evitar a idolatria (ME-EKS, 1992, p.63).

Percebemos, então, que a união das três correntes de pensamentos analisadas daria uma melhor resposta à questão dos conflitos entre gregos e judeus na cidade de Alexandria. Na busca de recuperar privilégios perdidos e obterem maiores direitos, somado ao fato de já gozarem de benefícios imperiais- além da questão de estarem situados em uma cidade onde existia uma herança de hostilidade egípcia em relação às práticas e costumes judaicos- os judeus suscitaram a hostilidade por parte dos gregos, que temiam a perda de *status* em Alexandria.

Os relatos acerca do antijudaísmo nesse período são de duas naturezas: uns nararam a existência concreta de entraves e registram reações hostis da população helênica de Alexandria contra os judeus, assunto não abordado nesse artigo. Outros provêm de ataques literários de autores greco-latinos contra os judeus e seus marcos identitários, como a religião, os costumes e a luta por cidadania, características presentes na obra *Contra Ápio*. Entendendo a relação entre gregos e judeus no contexto de lutas de representação, em que cada grupo busca manter sua identidade, transmitindo percepções do mundo social pelo discurso, verifica-se que são geradas estratégias e práticas que afirmam a autoridade e superioridade de um grupo em detrimento e menosprezo de outro (CHARTIER, 1987, p. 16-17).

As comunidades judaicas da diáspora floresceram como entidades religiosas porque a Septuaginta proveu-lhes as bases de uma educação judaica. Por meio da Torá, os judeus, onde quer que dispersos, mantiveram uma identidade comum e distintiva de um povo pactuado com Deus e obrigado a cumprir seus mandamentos, seja a circuncisão, as leis dietéticas ou o descanso sabático (GOLDBERG; RAYNER, 1989, p.85).

Kathryn Woodward (2000, p.39-49) ao trabalhar com identidades, afirma que essas são produzidas por meio da marcação da diferença, sendo as oposições binárias a forma mais extrema de diferenciação, fato que fica bem caracterizado na comparação que Josefo faz entre a religião judaica e a religião egípcia. Josefo relata que

A diversidade das religiões também contribuiu muito pela inveja que lhes excitou no coração, [dos egípcios] de que não há menos diferença entre a pureza toda celeste de uma e brutalidade terrestre da outra do que entre a natureza de Deus e a dos animais irracionais [...]. (JOSEFO, 1992, p.720)

Os habitantes helenos da cidade de Alexandria se posicionavam como superiores em relação aos judeus em vários aspectos, sobretudo, no campo cultural. O discurso da diferença é utilizado por Ápio para ressaltar a identidade e superioridade dos gentios em relação à inferioridade dos judeus. Josefo destaca na narrativa de Ápio a acusação que esse faz dos judeus serem um povo pouco criativo e de não fazerem nenhuma contribuição no campo da arte e da literatura, enquanto os outros povos merecem elogios, pois estão sempre se aprimorando nessa área (JOSEFO, 1992, p. 736). Segundo Josefo, Ápio

destaca também que os judeus não possuem homens que se comparem à grandeza de Sócrates, Cleanto e outros (JOSEFO, 1992, p. 733).

Em locais em que se misturam diferentes povos, a questão da identidade é posta à prova, correndo o risco de perder o seu valor cultural. Para Tomaz Tadeu da Silva, “a mistura, a conjunção, o intercurso entre diferentes nacionalidades, entre diferentes etnias, entre diferentes raças, coloca em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas” (SILVA, 2000, p. 87).

Nesse contexto de Diáspora, adquirem grande importância os elementos que tenham o papel de fixadores de identidade, daí o grande papel dado tanto por gregos quanto por judeus a fatos, objetos e personagens marcantes em suas histórias. Silva destaca também que a noção de passado comum é um exemplo de fixador de identidade. Segundo ele, “um mito fundador remete a um momento crucial do passado em que algum gesto, algum acontecimento, em geral heróico, épico, monumental, em geral iniciado ou executado por alguma figura ‘providencial’, inaugurou as bases de uma suposta identidade nacional”. (SILVA, 2000, p.85).

A reação mais consistente contra os judeus veio dos homens de letras, que se consideravam guardiães da civilização helênica. A estratégia por eles utilizada consistia em atacar os principais pilares da cultura judaica, aquilo que os judeus tinham de singular em relação às outras culturas. A hostilidade que os autores gregos, e principalmente Ápio, levantaram contra os judeus, estava muito ligada à religião judaica e suas conseqüências sociais. Os judeus não podiam reconhecer outras divindades e nem mostrar respeito por elas. Grande parte do sentimento antijudaico que se encontra nesse tipo de literatura era uma reação do que se sentia ser uma apresentação judaica agressiva de sua própria história religiosa, daí os ataques ao relato que os judeus faziam do Êxodo (JOHNSON, 1995, p.143). O êxodo relatado pelos judeus diz respeito à saída miraculosa dos judeus do Egito, com grande intervenção divina, sujeitando as forças egípcias.

Se levarmos em consideração o fato que Alexandria, nesse momento, é a cidade mais importante do Egito e sendo Ápio um egípcio com cidadania grega, seria normal que ele se apropriasse de ideias desvirtuadas do êxodo em circulação naquela cidade, no mínimo desde Maneton, que relatava a expulsão dos judeus no período governado por um rei chamado Amenófis. Esse rei tinha o desejo de ver os deuses e um sacerdote de sua religião lhe teria dito que para realizar esse desejo seria necessário que o soberano,

[...] expulsasse de seu reino a todos os leprosos e os que estavam contaminados por doenças semelhantes [...] eles tiveram por legislador um sacerdote de Heliópolis, chamado Osarsife, por causa de Osíris, que era o deus que naquela cidade se adorava e que esse sacerdote, tendo mudado de religião, mudou também de nome e tomou o de Moisés (JOSEFO, 1992, p.721-722).

Uma das características marcantes das narrativas do êxodo feitas por esses autores gregos que se posicionam contra os judeus diz respeito ao fato de os judeus serem portadores de doenças. Ápio se utiliza da doença para explicar um ritual judaico que causava grande estranhamento aos pagãos, o *Shabat*.<sup>6</sup> Segundo Ápio os judeus, depois de 6 Dia do Senhor. “Guarda o dia de sábado, para o santificar, como te ordenou o Senhor, teu Deus. Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do Senhor, teu Deus; não farás nenhum

terem caminhado por seis dias, foram acometidos por úlceras nas virilhas, mas no sétimo dia, recobriram a saúde e, ao chegarem na Judéia, chamaram esse dia de sábado, porque os egípcios dão a essa doença o nome de *sabatosim* (JOSEFO, 1992, p.727).

Dentre as doenças contagiosas que eram atribuídas aos judeus, a lepra tinha grande destaque. Josefo cita o escritor Lisímaco (séc. I a.C.) que dizia “que quando Bochor reinava no Egito, os judeus atacados de lepra e de outras doenças vergonhosas, indo ao templo pedir esmolas, passaram essas doenças aos egípcios [...] era preciso purificar os templos, e mandar para o deserto esses homens impuros” (JOSEFO, 1992, p.724).

Na concepção dos gregos alexandrinos, os judeus são doentes, eles contaminam. Atribuir perigo é um fator importante quando se quer convencer, atrair adeptos para uma causa ou mesmo reforçar o consenso dentro de um grupo a respeito de um assunto determinado. Segundo Mary Douglas, “é obvio que uma pessoa, quando suas convicções diferem das de seus amigos, ou hesita ou tenta convencê-los [...] atribuir perigo é uma maneira de se colocar um assunto acima da discussão” (DOUGLAS, 1976, p. 55).

Ao lado da acusação de que os judeus são contagiosos, que propagam a lepra, vemos também a acusação de serem refratários ao convívio com outros povos. De acordo com uma passagem extraída do Êxodo e citada por esses autores: “Moisés aconselhou-os a marchar sempre, até encontrar lugares cultivados, e a não confiar em ninguém e de só dar maus conselhos aos que lhes pedissem e a destruir todos os templos e altares que encontrassem; todos aprovaram-no e eles atravessaram o deserto” (JOSEFO, 1992, p.725).

A lei judaica, com suas peculiaridades dietéticas, fazendo restrição a alguns tipos de alimentos, como o porco, somadas às diretrizes que esta lei também dava no que dizia respeito ao contato com os gentios, tais como não realizar algumas refeições em conjunto e não se unir em matrimônio, servia para reforçar a concepção de que os judeus eram um povo “à parte”. Vivendo em uma cidade grega, com valores culturais que buscavam a unidade da humanidade, a tendência judaica de ver os gentios como impuros, como incircuncisos e de evitar relacionamentos mais íntimos com eles, deixava transparecer um sentimento contrário ao estatuto de humanidade. Em consequência disso, surgiram as acusações de misantropia (JOHNSON, 1995, p.143).

Ápio se apropria do conceito de misantropia judaica e o reforça no sentido de que os judeus nutriam um ódio mortal em relação aos gregos. É da narrativa de Ápio um episódio em que os judeus mantinham aprisionado todo ano, em seu Templo, um grego e forneciam-lhe os melhores alimentos a fim de engordá-lo, para que, no final desse período, fosse realizado um sacrifício, sendo a vítima devorada pelos judeus em um ritual canibalesco. Ao terminar o ritual, seus restos seriam jogados em uma fossa e sobre eles seria realizado um juramento de ódio mortal aos gregos (JOSEFO, 1992, p.731).

Em um contexto de disputa política, que tem, de um lado, os judeus (principalmente aqueles dos estratos sociais mais elevados) buscando maiores direitos na sociedade alexandrina e, de outro lado, a elite grega tentando impedir o acesso dos judeus a esses direitos, o discurso de misantropia, sobretudo em relação aos gregos, se torna uma arma importante para impedir que os judeus obtivessem sucesso. De acordo com Josefo, “Ápio não é mais verdadeiro quando afirma tão ousadamente que nós juramos por Deus, criador do céu, do mar e da terra, jamais fazer bem aos estrangeiros, e particularmente

---

trabalho, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu boi, nem o teu jumento, nem algum animal teu, nem o estrangeiro das tuas portas para dentro [...]” (*Deuteronomio*, 5, 12-14).

aos gregos” (JOSEFO, 1992, p. 732).

Nessa disputa por maior espaço na sociedade alexandrina, a luta dos judeus por cidadania também é alvo dos ataques de Ápio, que os considera estrangeiros e, por isso, não deveriam tomar o nome de alexandrinos. A religião judaica, com seu rígido monoteísmo, é retomada como ponto de discussão nesse contexto. Nos dizeres de Josefo: “Mas, diz Ápio, se os judeus são cidadãos de Alexandria, por que eles não adoram os mesmos deuses que os alexandrinos?” (JOSEFO, 1992, p.729). Percebe-se aí a grande importância que a religião tinha para se alcançar o status de cidadão, sendo ela apontada como um dos fatores principais de impedimento aos judeus de conseguir esse direito.

A questão do culto imperial, que geralmente se sobressai quando se estuda os conflitos entre gregos e judeus na cidade de Alexandria, é referenciada apenas uma vez na obra *Contra Ápio*. Na passagem em questão, Josefo cita que Ápio toma também como motivo de censura aos judeus o fato de não terem estátuas e figuras dos imperadores (JOSEFO, 1992, p.730). A religião judaica proibia os judeus de adorarem outros deuses e proibia também a construção de imagens (*Deuteronômio*, 5, 7 – 9). Mas a não participação dos judeus no culto imperial era conhecida e até mesmo permitida por parte das autoridades romanas. Os judeus estavam isentos de qualquer ato exterior do culto romano, sendo obrigados apenas a efetuar preces em favor do imperador (FLANNERY, 1968, p.37).

O fato de os judeus não participarem do culto imperial só ganha importância maior no período em que Roma está sob o governo de Calígula (37 a 41 d.C.), uma vez que esse imperador dava grande valor a este assunto, chegando, em determinado momento, a considerar a si próprio um deus. Dessa forma Ápio utiliza o culto imperial como um meio de amplificar um conflito local, dotando-o de dimensões que repercutissem na própria Casa Imperial.

O ataque literário sofrido pelos judeus em Alexandria reflete uma luta de representações e de identidades em uma cidade permeada de disputas por espaços sociais, em que os autores gregos ou helenizados se servem de uma antiga hostilidade egípcia em relação aos judeus e a mesclam com os novos elementos advindos da cultura greco-romana. Dessa forma, passam a atacar as marcas culturais que causavam maior estranhamento em relação à cultura gentia, ou seja, alguns fatos singulares da cultura judaica presentes na sua legislação, nas histórias de seus líderes e no seu comportamento social, usando esses elementos como forma de exaltar a superioridade gentílica e de frear o acesso dos judeus a maiores conquistas no campo sociopolítico.

## **BIBLIOGRAFIA:**

### *Documentação primária impressa*

BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*: antigo e novo testamento. Tradução João Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2004.

JOSEFO, Flávio. Antiguidades judaicas. In: JOSEFO, Flávio. *História dos Hebreus*. Trad. Vicente Pedroso. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de

Deus, 1992.

\_\_\_\_\_. *Contra Ápio*. In: JOSEFO, Flávio. *História dos Hebreus*. Trad. Vicente Pedroso. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1992.

#### *Bibliografia instrumental*

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1987.

DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-101.

#### *Obras de apoio*

CLÍMACO, Joana Campos. *Cultura e poder na Alexandria romana*. 2007. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FELDMAN, Sérgio A. A resistência cultural judaica sob o Império Romano (final do século I ao IV). In: SILVA, G.V. (Org.). *Conflito cultural e intolerância religiosa no Império Romano*. Vitória: GM Gráfica e Editora, 2008, p. 19-29.

FLANNERY, E. H. *A angústia dos judeus*. São Paulo: IBRASA, 1968.

FONTETTE, F. *História do anti-semitismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

GOLDBERG, J.D.; RAYNER, D. J. *Os judeus e o judaísmo*. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.

HORSLEY, R. A.; HANSON, J. S. *Bandidos, profetas e messias: movimentos populares no tempo de Jesus*. São Paulo: Paulus, 1995.

JOHNSON, P. *História dos judeus*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

JONES, A.H.M. A última crise: o Império Romano até seu declínio. In: BALSDON, J.P.V. (Org.). *O mundo romano*. Trad. Victor M. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p.58-79.

- LEVÊQUE, P. *A aventura grega*. Lisboa: Cosmos, 1967.
- MEEKS, W. A. *Os primeiros cristãos urbanos: o mundo social do apóstolo Paulo*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- MENDES, Norma Musco. O sistema político do Principado. In: SILVA, G.V.; MENDES, N.M. (Org). *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006, p. 21-51.
- MOMIGLIANO, A. D. A cultura grega e os judeus. In: Finley, M. I. (org). *O Legado da Grécia uma nova avaliação*. Trad. Y. V. Pinto de Almeida. Brasília: ed. UnB, 1998, p.359-380.
- PINSKY, J. *Os judeus no Egito helenístico*. Assis: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1971.
- POLIAKOV, L. *De Cristo aos judeus da corte*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- SELVATICI, Mônica. *Os judeus helenistas e a primeira expansão cristã: questões de narrativa, visibilidade histórica e etnicidade no livro dos Atos dos Apóstolos*. 2006. Tese (Doutorado em História)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- SHERWIN-WHITE, A.N. O Imperialismo Romano. In: BALSDON, J.P.V. (Org). *O mundo romano*. Trad. Victor M. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 80-102.
- SILVA, G.V. Humanismo e tolerância religiosa: é possível aprendermos com os romanos?. In: SILVA, G.V. (Org). *Conflito cultural e intolerância religiosa no Império Romano*. Vitória: GM Gráfica e Editora, 2008, p.7-17.
- SIMON, M.; BENOIT, A. *El judaísmo y el cristianismo antiguo: de Antioco Epífanés a Constantino*. Barcelona: Editorial Labor, 1972.
- WOLFSON, A. H. Philo on Jewish Citizenship in Alexandria. In: *The Society of Biblical Literature* 63, 1944, p. 165-168.

